

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

Desafios metodológicos e resultados empíricos

**Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)**



Atena
Editora

Ano 2021

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

Desafios metodológicos e resultados empíricos

**Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)**



Atena
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Ciências sociais aplicadas: desafios metodológicos e resultados empíricos

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Luciana Pavowski Franco Silvestre

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciências sociais aplicadas: desafios metodológicos e resultados empíricos / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-156-2

DOI 10.22533/at.ed.562211406

1. Ciências sociais. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco (Organizadora). II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

A Atena Editora apresenta o e-book “Ciências Sociais Aplicadas: Desafios metodológicos e resultados empíricos”. Com temáticas relevantes em relação a área de Ciências Sociais, são apresentados ao todo vinte e seis artigos organizados em seis principais temáticas.

Os artigos possibilitam o acesso a análises que objetivam reconhecer metodologias de pesquisas e de ensino, além de aproximações e aprofundamentos analíticos voltados para as áreas de educação, relações comerciais e de mercado, manifestações culturais e midiáticas, relações estabelecidas entre religião e política, tecnologia e impactos na vida cotidiana e por fim meio ambiente e contextos rurais.

Nos artigos em que são tratados os processos educacionais e de ensino, são realizadas análises e reflexões sobre metodologias e processos de gestão.

As relações comerciais e de mercado são pautadas com pesquisas voltadas para a análise dos impactos da pandemia, relações jurídicas e governança corporativa, enquanto as manifestações culturais foram pesquisadas a partir do reconhecimento do impacto e da interferência da mídia nas relações sociais contemporâneas.

As pesquisas com temáticas voltadas para a religião, possibilitam reflexões e análises com a questão política e relações sociais permeadas por modelos e posicionamentos diante dos processos de exclusão e desigualdades existentes.

As possibilidades de interação e inclusão são pautadas nas pesquisas que tratam da tecnologia enquanto ferramentas estratégicas para resolução de questões postas para pessoas com deficiência, entre as diferentes gerações e também nas relações empresariais.

Por fim, o meio ambiente é contemplado em pesquisas que relacionam a temática com o patrimônio cultural, unidades de conservação e gestão de cobertura vegetal.

Com temática contemporânea e relevante, espera-se com os artigos apresentados neste e-book a socialização de pesquisas realizadas, bem como, a contribuição para realização de novos questionamentos e análises das temáticas a partir de diferentes perspectivas teóricas.

Boa leitura a todos e a todas.

Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

METODOLOGIA QUALITATIVA E QUANTITATIVA: PERSPECTIVAS CONVERGENTES NA PESQUISA EMPÍRICA

Francisco Mesquita de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.5622114061

CAPÍTULO 2..... 12

METODOLOGIAS DE ENSINO EM CONTABILIDADE: PERCEÇÃO DE DISCENTES BRASILEIROS E ANGOLANOS

Kuama Berline Manuel

Antônio Carlos Ribeiro da Silva

Thayse Santos da Cruz

José Venâncio Ferreira Neto

Erisson Souza Barreto da Cruz

DOI 10.22533/at.ed.5622114062

CAPÍTULO 3..... 28

GRAU DE ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA EM ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO

Fabrizio Meller da Silva

Natália Ferraz de Araújo

Taynara Maria Johann Batista

Vanderlei da Silva Sampaio

DOI 10.22533/at.ed.5622114063

CAPÍTULO 4..... 48

O EFEITO DA REPETIÇÃO DE TAREFA NA PRODUÇÃO ORAL EM PORTUGUÊS COMO SEGUNDA LÍNGUA

Benedita Maria do Socorro Campos de Sousa

DOI 10.22533/at.ed.5622114064

CAPÍTULO 5..... 66

APLICAÇÃO DA GESTÃO ESTRATÉGICA NO CONTEXTO DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

Marcos Vinícius Mendonça Andrade

Ana Rosa dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.5622114065

CAPÍTULO 6..... 81

COVID-19: IMPACTOS NAS VENDAS DE PRODUTOS DE GIRO RÁPIDO NO ANO DE 2020 DURANTE A PANDEMIA

José de Figueiredo Belém

Daniel de Melo Moraes

Greice Kally Oliveira Batista

Cícera Vanessa Lins Ferreira

Cícero Alessandro Brito Barbosa

DOI 10.22533/at.ed.5622114066

CAPÍTULO 7	94
O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES, DO ESTADO E DO MERCADO NA EXPANSÃO DA FRONTEIRA CAPITALISTA NO ESTADO DO PARÁ: UMA BREVE ANÁLISE	
André Cutrim Carvalho	
Pere Petit	
DOI 10.22533/at.ed.5622114067	
CAPÍTULO 8	107
PLANO DE NEGÓCIOS - NUTRI & <i>FOOD</i>	
Rafaela de Oliveira Melo Salgado de Sabóia	
Antônio Carlos Magalhães da Silva	
José Antônio Menezes Varanda	
Maisa Sandra de Sá Bezerra	
DOI 10.22533/at.ed.5622114068	
CAPÍTULO 9	121
CONVERGÊNCIAS ENTRE GESTÃO PÚBLICA, ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E TEORIAS SOBRE AS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS: O CASE TÁXIGOV	
Eelson Cedro Mira	
DOI 10.22533/at.ed.5622114069	
CAPÍTULO 10	138
RELAÇÃO JURÍDICA E RELAÇÃO ECONÔMICA: UM PONTO DE CONTATO EM HOBBS	
João Pedro Lopes Fernandes	
Matheus Correa de Sousa Heleno	
DOI 10.22533/at.ed.56221140610	
CAPÍTULO 11	155
RENTABILIDADE DAS EMPRESAS LISTADAS NO NÍVEL 2 DE GOVERNANÇA CORPORATIVA NA BM&FBOVESPA	
Andressa Bender	
André Luiz Comunelo	
DOI 10.22533/at.ed.56221140611	
CAPÍTULO 12	170
AS MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS EM UM CENÁRIO DOMINADO PELA MIDIATIZAÇÃO: O MOVIMENTO FEIRA COLETIVO CULTURAL	
Daniela Costa Ribeiro	
Fabiola Barbosa Pinheiro	
DOI 10.22533/at.ed.56221140612	
CAPÍTULO 13	181
A JUVENTUDE CRIMINOSA: UMA PERSPECTIVA MIDIÁTICA	
Amanda Santos Nogueira	
Maria Gorett Freire Vitiello	
Tales Leon Biazão Sanches	
Vera Lucia Tieko Suguihiro	

Eliza Adriana Sheuer Nantes
DOI 10.22533/at.ed.56221140613

CAPÍTULO 14..... 188

DOM ADRIANO – O BISPO COMUNISTA

Adriana Bastos Kronemberger

DOI 10.22533/at.ed.56221140614

CAPÍTULO 15..... 196

RELIGIÕES POPULARES E CULTURA POLÍTICA BRASILEIRA: INTERFACES ENTRE
CONCEPÇÕES MÁGICAS E SECULARES

Rodrigo Marques Leistner

DOI 10.22533/at.ed.56221140615

CAPÍTULO 16..... 212

A ICONOGRAFIA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

Christiane Meier

DOI 10.22533/at.ed.56221140616

CAPÍTULO 17..... 228

PRODUÇÃO DE DISPOSITIVOS PARA AUXILIAR PORTADORES DE DEFICIÊNCIA NOS
MEMBROS SUPERIORES NA UTILIZAÇÃO DE APARELHOS ELETRÔNICOS COMO
CELULARES E SMARTPHONES

Luisa Gmach Taffarel

Nathália Magalhães Gonçalves

Cornélio Schwambach

DOI 10.22533/at.ed.56221140617

CAPÍTULO 18..... 238

INTERAÇÕES TEMPORAIS NA ERA DA CONVERGÊNCIA: PERSPECTIVAS DAS
GERAÇÕES Y E Z NAS REDES SOCIAIS DIGITAIS

Moisés Cardoso

Álvaro Nunes Larangeira

Alexandre Artur Kumm

DOI 10.22533/at.ed.56221140618

CAPÍTULO 19..... 255

MARKETING DIGITAL - ESTRATÉGIA COMPETITIVA DENTRO DAS ORGANIZAÇÕES:
UM ESTUDO DE CASO EM UMA REDE EMPRESARIAL NA REGIÃO DO CARIRI, CE

Francisco Wagner Alves da Silva

Márcia Maria Leite Lima

Pedro Ferreira de Lima

DOI 10.22533/at.ed.56221140619

CAPÍTULO 20..... 269

EMISSIONES DE GASES EFEITO ESTUFA NA PRODUÇÃO DE *COFFEA CANEPHORA*

Nilmar Diogo dos Reis

Fúlvio Antas Gibello

Jaqueline Severino da Costa
Luiz Gonzaga de Castro de Junior
Renato Elias Fontes
André Luís Machado

DOI 10.22533/at.ed.56221140620

CAPÍTULO 21.....287

PAISAGEM CULTURAL: ESTRATÉGIAS DE PRESERVAÇÃO E GESTÃO

Clodomir Barros Pereira Junior
Sandra Millicent Xavier Alves
Ingrid Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.56221140621

CAPÍTULO 22.....299

**IDENTIFICAÇÃO DA FRAGILIDADE AMBIENTAL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
COMO SUPORTE AO PLANEJAMENTO, GESTÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA UNIDADE:
ESTUDO DE CASO DO PARQUE NACIONAL DOS CAMPOS GERAIS**

Ronaldo Ferreira Maganhotto
Letícia Silva de Moraes
Marciel Lohmann
Jairo de Oliveira Calderari Junior
Luiz Claudio de Paula Souza
Diogo Luders Fernandes

DOI 10.22533/at.ed.56221140622

CAPÍTULO 23.....313

**IMPACTO GERADO PELA ADOÇÃO DA CERTIFICAÇÃO FAIRTRADE PARA
PRODUTORES DE CAFÉ: UMA ANÁLISE SOBRE A ÓTICA ECONÔMICA E SOCIAL**

Nilmar Diogo dos Reis
Marina de Barros
Luiz Gonzaga de Castro de Junior
Antonio Carlos
Jaqueline Severino da Costa

DOI 10.22533/at.ed.56221140623

CAPÍTULO 24.....330

INVISIBILIDADE DO QUE É VISIVEL NOS CONTEXTOS RURAIS

Laércio de Souza
Lucia Helena de Souza Martins
Valmor Schiochet
Luciano Félix Florit

DOI 10.22533/at.ed.56221140624

CAPÍTULO 25.....343

**PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO PARA UM PRODUTO DA LINHA DE MUDAS DE
FLORES**

Ana Carolina Althaus Bittencourt
Elian Mokfa Braciak

Bruna de Picoli
Rafaela Morgan
Luciane Fátima Nardi
Alaércio de Paris
Olivan Borges Greiner
Luciana Maria Bernstein Pavan
Rosângela Marcia Weippert
DOI 10.22533/at.ed.56221140625

CAPÍTULO 26.....355

AGENDAS PESSOAIS ENQUANTO EGODOCUMENTO: A REFLEXÃO ÍNTIMA NO ACERVO DA DR^a. GILBERTA BENSABATH

Augusto César Luiz Britto
Ana Paula Silva de Souza
Analaura Corradi

DOI 10.22533/at.ed.56221140626

SOBRE A ORGANIZADORA.....363

ÍNDICE REMISSIVO.....364

CAPÍTULO 23

IMPACTO GERADO PELA ADOÇÃO DA CERTIFICAÇÃO FAIRTRADE PARA PRODUTORES DE CAFÉ: UMA ANÁLISE SOBRE A ÓTICA ECONÔMICA E SOCIAL

Data de aceite: 01/06/2021

Data de submissão: 14/03/2021

Nilmar Diogo dos Reis

Universidade Federal de Lavras (UFLA) –
Depto. Administração e Economia
Lavras – Minas Gerais
<http://lattes.cnpq.br/8494579973794663>

Marina de Barros

Universidade Federal de Lavras (UFLA) –
Depto. Administração e Economia
Lavras – Minas Gerais

Luiz Gonzaga de Castro de Junior

Universidade Federal de Lavras (UFLA) –
Depto. Gestão Agroindustrial
Lavras – Minas Gerais
<http://lattes.cnpq.br/8494579973794663>

Antonio Carlos

Universidade Federal de Lavras (UFLA) –
Depto. Gestão Agroindustrial
Lavras – Minas Gerais
<http://lattes.cnpq.br/1386863217179570>

Jaqueline Severino da Costa

Universidade Federal de Lavras (UFLA) –
Depto. Gestão Agroindustrial
Lavras – Minas Gerais
<http://lattes.cnpq.br/9364392921051567>

RESUMO: A produção de café sempre teve papel expressivo na economia brasileira. Tendo em vista que grande parte da commodity produzida provém de pequenos produtores, eis

que surge a preocupação social e econômica na vida dessas pessoas. De acordo com Polanyi (1944), após a Revolução Industrial e adoção do mercado autorregulável, a sociedade começa a enfrentar níveis de pobreza, uma vez que essa passa a se polarizar. Entretanto, para todo movimento econômico de sucesso, Polanyi (1944) afirma existir um contramovimento de proteção social. Desta maneira, para a proteção dos pequenos produtores de café, foi criado o movimento do comércio justo, surge o Fair Trade (FT) - Certificação que visa proteger pequenos e médios produtores do sistema comercial convencional. Buscou averiguar qual o impacto da certificação FT na vida dos produtores, sendo este, positivo, já que houve aumento da qualidade de vida, do café produzido e do desenvolvimento da comunidade local.

PALAVRAS - CHAVE: Café, Comércio Justo, Certificações, Agronegócio.

IMPACT GENERATED BY THE ADOPTION OF FAIRTRADE CERTIFICATION FOR COFFEE PRODUCERS: AN ANALYSIS OF THE ECONOMIC AND SOCIAL PERSPECTIVE

ABSTRACT: Coffee production has a significant role in the Brazilian economy. Bearing in mind that a large part of the commodity produced comes from small producers, here is the social and economic concern in the lives of these people. According to Polanyi (1944), after the Industrial Revolution and the adoption of the self-regulating market, society begins to face levels of poverty, once it becomes polarized. However, for every successful economic movement and it claims that

there is a countermovement of social protection. In this way, for the protection of small coffee producers, the movement of fair trade was created, the Fair Trade Certification (FT) that aims to protect small and medium producers of the conventional commercial system was created. It sought to find out what the impact of FT certification is on the producers' lives, which is positive, since there was an increase in the quality of life and local community.

KEYWORDS: Coffee, Fair Trade, Certifications, Agribusiness.

1 | INTRODUÇÃO

O café é uma das bebidas mais apreciadas e consumida no mundo. Indubitavelmente, possui um papel significativo no processo social, econômico e cultural em toda sua cadeia e instiga a permanência dos cafeicultores no campo, promovendo a geração de renda e emprego a toda comunidade. Desde a sua descoberta, por volta do século V, o café tem sido utilizado principalmente por sua propriedade energética. Uma vez conhecida a relevância da cadeia produtiva do café, esta deve ser vista sobre perspectivas criteriosas – haja vista os impactos que pode causar – devendo ser monitorada.

Segundo a Associação Brasileira de Indústria do Café (ABIC), o consumo interno de café no Brasil atingiu 21 milhões de sacas, no período de novembro de 2017 a outubro de 2018, representando um crescimento de 4,80%, com relação ao período anterior, de novembro de 2016 a outubro de 2017, aumentando o consumo per capita para 6,02 kg/ano de café cru e 4,82 kg /ano de café torrado e moído, o que mantém o Brasil como o segundo maior consumidor de café do mundo (ABIC, 2018). Tendo em vista a tendência para os anos seguintes do aumento da produção de café, seja para uso interno ou exportação.

A escassez de recursos e iminente aproximação com a pobreza dentro do campo, evidência a disparidade nos valores arrecadados com a produção do café por grandes empresas em detrimento aos produtores da cultura. Assim, será o comércio justo uma medida que poderá prover aos produtores de cafés melhores condições de manejo e comercialização frente as vicissitudes enfrentadas por eles no mercado convencional? Essas são umas das perguntas que esta pesquisa buscará responder e corroborar com a difusão de melhores práticas para o setor cafeeiro como um todo.

A certificação do café comércio justo tem sido considerada como uma saída alternativa de diferenciação do produto, que tem em seus fundamentos agregar valor econômico, social e ambiental na produção, bem como abertura de mercados para comercialização – acarretando uma melhor rentabilidade às famílias cafeeiras (LIMA, 2016).

Segundo Kamlot e Schmitt (2015), o Comércio Justo se baseia no tripé economia, meio ambiente e sociedade, sendo este último o ponto de interseção que o liga ao Marketing Social, Ambos buscam influenciar o comportamento do consumidor estabelecendo a necessidade de hábitos de consumo éticos visando preço adequado com padrões ambientais e sociais equilibrados.

Conectado à prática e à teoria, Karl Polanyi (1944), autor da Teoria do Movimento

em Dobro, diz exatamente que o sistema capitalista cada vez que cria uma destruição, há movimentos de proteção. Em suas palavras: “Empurrar e puxar as forças do mercado livre e da regulação social que é chamado de “duplo movimento” (POLANY, 1944)”. O movimento comércio justo é justamente autoproteção social do que é causado nas polarizações do livre comércio – um movimento dobrado (MENDELL, 2003).

Destaca-se a importância deste tema pela emergência e expansão das práticas de Comércio Justo no Brasil e no mundo. São práticas recentes, mas que têm despertado interesse na sociedade, nos meios acadêmicos e também das empresas, que veem esse comércio alternativo como uma oportunidade de divulgação e ampliação das suas práticas de Responsabilidade Socioambiental (BOSSLE, 2011).

Mesmo com a tamanha importância do Brasil no mercado do café, pouco se conhece sobre as certificações na cafeicultura brasileira no que se diz a respeito dos resultados e consequências para o café nacional. Conhecer como está o desenvolvimento das instituições que certificam os produtores no Brasil é de suma prioridade, uma vez que o país é um dos que mais tem aumento de produtores certificados e, também, tem uma alta demanda para a produção (ALVARENGA; ARRAES, 2017).

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O Comércio Justo

O Comércio Justo representa uma nova abordagem importante para aliviar a pobreza no Hemisfério Sul global com base na estratégia de “trade notaid” (comércio não auxílio). O crescimento do movimento de Comércio Justo busca desafiar historicamente as relações de mercado internacionais desiguais, transformando o comércio Norte-Sul em uma potencial capacitação do produtor e alívio da pobreza. O movimento comércio justo tem como intuito oferecer aos produtores desfavorecidos a chance de “aumentar seu controle sobre seu próprio futuro, ter um pagamento justo por seu trabalho, estabilidade de renda e condições dignas de trabalho e de vida através do desenvolvimento sustentável” (FAIRTRADE FOUNDATION, 2015).

Ainda, o principal argumento do Comércio Justo é que há uma renda segura, um pré-pagamento - se necessário- e acesso a crédito e empréstimos que podem diminuir o índice de pobreza. Existem trabalhos previamente publicados que afirmam que a redução da pobreza nos campos está diretamente relacionada ao salário justo e outros benefícios financeiros ofertados pelo movimento pobreza (CALO; WISE 2005; IMHOF; LEE, 2007; LE MARE, 2008). As ideias sobre o desenvolvimento social estão inseridas na filosofia do Comércio Justo e, sobretudo, os estudos de Comércio Justo sugerem que contribuem para melhorar o bem-estar geral dos produtores (BECCHETTI; COSTANTINO, 2005; LE MARE, 2008; MORSELLO, 2002; RAYNOLDS, 2002^a, LEAL; OGASAVARA; MENEZES, 2017).

Para Barone (2017), em seu estudo feito na COOPFAM, os quesitos mais importantes

do impacto FT entre os pequenos produtores é o preço pago pelo café e o acesso ao mercado. Lima (2016) realizou pesquisas documentais em arquivos disponíveis da COOPFAM e também fez um levantamento cronológico da evolução da cooperativa, além de entrevistas com os cooperados, gerentes e funcionários da cooperativa. Os resultados da pesquisa foram que processo de certificação trouxe bons resultados para os cooperados como, por exemplo, a eliminação dos 120 atravessadores por meio da exportação do café diretamente pela COOPFAM.

2.2 A Certificação e Fair Trade

A certificação é um meio formal que assegura que o produto foi realizado de acordo com padrões de qualidade preestabelecidos e é legitimada como uma ferramenta de suma importância para agregar credibilidade e confiança aos produtos, serviços e empresas. Por conta da transparência, tem como objetivo reduzir assimetrias informacionais e pode ser gerado pela própria empresa ou por terceiros, tal como organizações independentes, públicas ou privadas, internacionais ou nacionais (MACHADO, 2000).

Segundo Oliveira (2016), o setor cafeeiro vem buscando se adequar, em todas as etapas de produção da cultura, visando atender as exigências crescentes de nichos de mercado dispostos a pagar mais por um produto que atenda as questões sociais e ambientais, tendo a certificação um papel importante na garantia da origem e qualidade do produto.

Esse trabalho utilizou como fundamentação teórica os conceitos de Karl Polanyi (1944) e a Teoria do movimento em dobro que será analisada no tópico a seguir. Nesse tópico teórico também contém a explicação da relevância contemporânea de tal Teoria, bem como a apropriação dessa com o movimento do FT.

2.3 Karl Polanyi e o Movimento do Comércio Justo

Polanyi (1944) argumenta que o movimento duplo é o resultado da ação permanente e contraditória de dois princípios que organizam a sociedade de mercado e as economias. Primeiramente, o liberalismo e o livre-comércio. Em oposição, a autoproteção social. São duas fases do mesmo movimento – a primeira é que os processos globalizados são tratados como internacionalização de uma mentalidade de mercado sobre um comércio bruto. A segunda fase é qualquer atividade que ameace subverter o caráter neoliberal. Dessa forma, o movimento do FT são as diferentes sociedades se protegendo do mercado, assim comercializando de forma alternativa ao convencional.

Seguindo e construindo uma hipótese que já foi defendida por Enelow (2012), é tido nesse trabalho que as certificações desenvolvidas por terceiros cumprem a função de proteção social causada pelos danos do mercado liberal. Ainda que o governo tente garantir as condições dignas de trabalho e resolver problemas sociais, é de conhecimento mundial que, muitas vezes, ainda mais frequente em países do Hemisfério Sul, que isso

não acontece.

Através do movimento FT, as comunidades interagem por meio de conversas e planejamento, tornam-se parceiras dentro de uma mesma iniciativa, desenvolvem amizade, além de encontrar sentido e motivação para suas vidas. Neste movimento, as pessoas são resgatadas de um papel meramente econômico e isolado. A decorrência disso é que passa a existir dentro da atividade econômica relações sociais.

3 | METODOLOGIA

No intuito de responder a temática qual o impacto social e econômico que a certificação FT traz na vida dos produtores de café, esta pesquisa foi realizada em duas etapas de concretização, no qual a primeira foi a revisão bibliográfica, enquanto a segunda foi composta de aplicação de questionários dentro da amostra desejada. A soma das duas atribuiu os resultados que foram discutidos nesse trabalho, sendo de caráter quantitativo-descritivo e exploratória. Pesquisa exploratória uma que tem como finalidade proporcionar mais informações sobre o assunto que está sendo investigado, assim possibilitando maior definição ao seu delineamento com pesquisas prévias. Assume, em geral, as formas de pesquisas bibliográficas e estudos de caso (PRODANOV; FREITAS, 2013).

O impacto da certificação FT nos cafeicultores foi avaliado a partir de um questionário do tipo survey, semiestruturado entre os períodos de novembro de 2019 a fevereiro de 2020, contendo questões fechadas com escala binária ou questões pontuais de conteúdo pessoal ou da produção/propriedade. A escolha dos participantes da amostra foi realizada de forma não aleatória, isto é, no período da coleta dos dados foram abordados cafeicultores certificados que estavam disponíveis na Cooperativa COOPFAM. Assim, foi feita a amostragem não probabilística,

Os questionários foram analisados utilizando análise de estatística descritiva. Ou seja, as análises foram feitas via média, moda, porcentagem e frequência. Soma-se aos resultados primários obtidos a revisão de literatura com dados secundários para corroborar os resultados aqui obtidos.

O objeto de estudo do presente trabalho foram produtores de café filiados à Cooperativa dos Produtores Familiares de Poço Fundo– COOPFAM - situada na região sul de Minas Gerais. Esta cooperativa possui somente cafeicultores certificados pelo movimento FT.

Foi escolhida tal cooperativa por dois motivos: 1) Pela importância da organização dentro do assunto abordado, tendo em vista que é a pioneira em certificação do Comércio Justo no Brasil e um exemplo a ser seguido para outras cooperativas certificadas (BARONE, 2017); 2) Pela conveniência da localização da cooperativa ante onde foi produzido tal trabalho.

A amostra de produtores filiados foi escolhida de forma não probabilística. Foram

aplicados 48 questionários numa população de 396 produtores (BARONE, 2017), atingindo então uma amostra de 12,12% da população total. Para corroborar os dados obtidos, serão confrontados os resultados aqui encontrados com os resultados preexistente na literatura acerca dos quesitos pesquisados. Os dados foram tabulados e analisados via programa Microsoft Excel.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos tópicos que seguem abaixo, serão discutidos os tópicos abordados, um a um, com o intuito do aprofundamento de cada um deles para a construção de uma ideia única relacionada ao impacto do Comércio Justo na vida dos agricultores da amostra estudada. Os resultados foram divididos em 3 partes: 1) Caracterização da propriedade, da produção e da família produtora antes e depois de se certificar; 2) Ponto de vista do produtor acerca das questões qualitativas e 3) Perspectiva teórica do Movimento em Dobro (Polanyi, 1944) e o comércio justo.

4.1 Caracterização dos produtores de café filiados em relação à propriedade, produção e da família produtora antes e depois de se certificar

4.1.1 *Tempo de cooperado certificado*

O tempo médio de cooperado certificado foi de 9 anos. Ao fazer a frequência, metade da amostra se concentrou em mais de 10 anos de cooperado e apenas 21% têm menos de três anos de cooperado. Soma-se que cerca de 80% já tem no mínimo quatro anos de certificação.

Tempo Certificado	Frequência Absoluta	Frequência percentual
Até 3 anos	10	21%
Entre 4 e 5 anos	12	25%
Entre 6 e 9 anos	02	04%
Mais que 10 anos	24	50%
TOTAL	48	100%

Tabela 1: Tempo de certificado.

Fonte: Dos autores, 2020.

4.1.2 *Quantidade de pessoas em casa*

A importância desse dado é justificada para explicar se houve aumento de mão de obra familiar dentro das lavouras devido ao crescimento da família ou se foi devido à necessidade de mais uma pessoa trabalhar para a produção. Em números gerais, o

número de pessoas na casa se manteve o mesmo, com leve aumento em que, antes obter a certificação FT, a média obtida na amostra era de 3,41 e passou para 4,08 após certificar e a moda foi era 3,0 antes da certificação e manteve-se em 3,0.

Quando foi feita a média de pessoas na casa, foi encontrado que sim, houve um aumento de pessoas; entretanto, ao fazer a moda, se manteve o mesmo número de moradores na casa. Como pessoas não pode ser número com casa decimal (somente inteiro), a moda se encaixa melhor nessa operação.

Logo, é confirmado que o tamanho da família, basicamente, se manteve o mesmo. A seguir foi utilizado esse dado para confrontar com o número de pessoas da família que trabalham com a produção de café. Já se sabe que a família não cresceu. Ou seja, se aumentou o número de pessoas trabalhando no campo, foi porque houve a necessidade de mão de obra extra. E então, far-se-á necessário explicar a razão de mais uma pessoa trabalhando.

4.1.3 Número de pessoas na família que trabalham na produção

Esse dado tem sua importância devido ao impacto na quantidade de mão de obra exigida nos campos de café. Neste ínterim, o número de pessoas 'na casa' antes de obter a certificação FT, apresentava uma média de 2,125 e passou para 2,265 após a certificação. A moda era de 1,0 antes de FT e foi para 2,0 após a certificação.

Percebe-se que o número de pessoas da família que trabalham na produção cafeeira aumentou. Antes, se tinha que apenas uma pessoa da família desprendia da força de trabalho nas terras de realização. Após a certificação, nota-se que houve um crescimento na mão de obra. Ou seja, como exposto acima, o número de pessoas da família não cresceu com o Comércio Justo, entretanto, foi confirmado que houve necessidade de uma das pessoas que não trabalhavam passar a trabalhar.

Sabe-se que a mão de obra familiar é a unidade básica de produção na cadeia de suprimentos do café certificado. Para adotar a certificação FT, é necessário estar filiado a alguma cooperativa certificada. E para ser aceito por essas e ter o selo, é obrigatório que a produção seja feita predominantemente por trabalho familiar, do que trabalho de terceiros – só são permitidos trabalhos temporários contratuais (ENELOW, 2012).

Então houve um impacto na mão de obra familiar. Será averiguado posteriormente se a produção teve um impacto positivo de aumento, se sim, essa questão poderá ser dissolvida facilmente, uma vez que quando se aumenta a produção há necessidade de mais mão de obra.

4.1.4 Número de pessoas que não faz parte da família de produtores, mas que trabalham na produção

Conforme supracitado, não é permitido a contratar mão de obra fixa que não seja

familiar. Ou seja, só são permitidos trabalhos temporários (ENELOW, 2012; GOMES, 2003) que geralmente são necessários na época da colheita (BARONE, 2017). A variação de mão de obra de terceiros dentro das propriedades familiares de café foi de 0,2916 antes da FT e passou para 0,70833 após a FT.

Nota-se que houve um aumento na média de terceiros trabalhando na agricultura familiar. Destarte, conclui-se que a agricultura não deixou de ser exclusivamente familiar na maioria das partes. Afim de corroborar com a afirmativa, realizou-se a frequência e porcentagem desse tópico:

Perfil	Frequência	Porcentagem
Nunca teve	28	58,3%
Teve antes de certificar e deixou de ter após certificar	02	4,2%
Não tinha e passou a ter depois de certificar	08	16,7%
Sempre teve	10	20,8%
TOTAL	48	100%

Tabela 2: Frequência e porcentagem do número de pessoas que não são da família e trabalham na produção.

Fonte: Dos autores (2020).

Vinte e oito das quarenta e oito famílias pesquisadas alegaram nunca terem tido mão de obra externa à sua família dentro das suas terras. Ou seja, 58,3% nunca precisaram contratar trabalhadores para auxiliar na produção de café. Isso demonstra que o perfil dos produtores, em maior parte, é unicamente de agricultura familiar. Cerca de 17% passou a ter, após a certificação, e 20,8% sempre teve.

4.1.5 Do tamanho da propriedade

Para Barone (2017), do total de famílias de produtores rurais na cidade, cerca de 97% possuem propriedade entre 5 e 10 hectares. Nota-se que ao fazer a média entre os períodos pré-certificação e pós-certificação, esse dado se encaixa muito bem como será mostrado abaixo.

Destarte, quando questionado a respeito do tamanho da propriedade, 62,5% da amostra afirmaram que suas terras cresceram após a certificação. Em média, as propriedades tinham o tamanho de 5,56 hectares. Com a obtenção do selo para sua produção, a média absoluta de todos os produtores aumentou em quase 40% a dimensão da fazenda; antes o tamanho da propriedade da FT, era em média, 5,56ha e passou para 9,20ha após a FT.

Entretanto, somente a média pode esconder valores mais concretos. Por isso,

destaca-se na tabela abaixo o crescimento dessa parcela de 62,5% que alegou ter crescido.

Tamanho da propriedade	Antes de certificar FT		Depois de certificar FT	
	Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Até 3 hectares	20	41,7%	14	29,3%
Entre 3,1 e 6 hectares	04	8,3%	04	8,3%
Entre 6,1 e 9 hectares	16	33,3%	10	20,8%
Entre 9,1 e 12 hectares	06	12,5%	06	12,5%
Entre 12,1 e 15 hectares	00	0%	06	12,5%
Entre 15,1 e 18 hectares	01	2,1%	04	8,3%
Mais de 18 hectares	01	2,1%	04	8,3%
TOTAL	48	100%	48	100%

Tabela 3: Frequência e percentual do tamanho da propriedade antes e depois de certificar.

Fonte: Dos autores (2020).

Nota-se que seis famílias saíram dessa categoria e passaram a ter um pedaço maior de domínio. Então, é confirmado que houve um impacto positivo no crescimento do tamanho da propriedade após a certificação.

Ademais, é notável que desde 2014 até os dias atuais, houve crescimento no número de cooperados e também no tamanho da propriedade. Ressalta-se a necessidade do conhecimento do tamanho das propriedades para que a organização certificadora saiba como agir perante a oferta de serviços, ou seja, a seleção dos cursos técnicos, palestras e informação sobre tecnologias têm que levar em consideração esses dados do sistema social abordado.

4.1.6 Volume da produção

Segundo a Cooperativa de Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região (COOPFAM), Poço Fundo possui hoje 800 mil pés de café orgânico, cem por cento Arábica, que produzem em média 5.000 sacas por ano em altitudes que variam de 800 a 1200 metros.

Para saber se a produção cresceu entre os períodos não certificado - certificado foi feita a média de sacas vendidas por ano de todos os produtores. Entretanto essa metodologia não foi plausível para essa categoria uma vez que pode ser que poucos produzam muito

ou muitos produzam pouco, assim alterando o verdadeiro impacto. Porém, o volume da produção (em sacas) era em média, antes da FT de 99,13 sacas/ano e passou para 171,95 sacas/ano após a FT. Então, os números foram redistribuídos e uma nova tabela se formou com os dados mais concretos e visíveis para se obter um resultado plausível.

Abaixo é disposto o quadro do tamanho da produção em sacas. Os dados são apresentados via frequência com a qual a primeira coluna se dá a quantidade de sacas vendidas ao ano, a segunda coluna encaixa a quantidade de produtores que produzem valores dentro da porção antes de se certificar e a terceira são os mesmos fazendeiros e seus frutos, entretanto, após se certificar.

Quantidade/sacas	Antes de certificar FT		Depois de certificar FT	
	Absoluto	Percentual	Absoluto	Percentual
30 sacas ou menos	6	12,50%	2	4,17%
31 a 60 sacas	16	33,33%	14	29,16%
61 a 90 sacas	8	16,67%	2	4,17%
91 a 120 sacas	4	8,33%	4	8,33%
121 a 150 sacas	6	12,50%	6	12,50%
151 a 180 sacas	2	4,17%	4	8,33%
181 a 210 sacas	2	4,17%	2	4,17%
211 a 240 sacas	0	0%	0	0%
241 a 270 sacas	0	0%	6	12,50%
271 a 300 sacas	4	8,33%	4	8,33%
301 a 400 sacas	0	0%	0	0%
401 a 500 sacas	0	0%	2	4,17%
501 a 600 sacas	0	0%	2	4,17%
TOTAL	48	100%	48	100%

Tabela 4: Volume da produção (em sacas) – valores absolutos e percentuais.

Fonte: Dos autores, 2020.

Na segunda coluna, produção antes de certificar FT, a parte destacada em amarela detém 44 dos 48 produtores. Já a parte destacada em amarelo da segunda coluna detém 36 produtores. Nota-se que, a princípio, apenas 4 produtores tinham uma produção maior que 210 sacas. Após certificar, o número aumentou. Apresentam-se 12 produtores com uma produção maior.

Voltando à parte destacada nessa amostra analisada, diminuiu o número de pessoas que produziam 30 sacas ou menos, e, ao longo da tabela, foram se redistribuindo.

É nítido que houve um crescimento na produção de sacas. Isso desencadeia uma série de questões que desvenda alguns dos problemas que estão sendo pesquisados aqui. Primeiramente, o aumento real da produção já justifica o porquê do aumento de mão de

obra familiar dentro das lavouras. Antes se necessitava de apenas uma pessoa e, após certificar, o número dobrou.

O aumento real da produção também traz muitas questões em pauta. O aumento da propriedade somado ao aumento da produção já é algo que demonstra um impacto positivo na vida dos produtores. Ou seja, entre ser ou não ser certificado, já foram apresentadas aqui vantagens sólidas.

4.1.7 Você acredita que se associar à Cooperativa e se certificar trouxe benefícios?

Todos os respondentes (100%) afirmaram que sim. A certificação lhes trouxe muitos benefícios bem como se cooperar. Todos alegaram com certeza no que dizia a respeito dessa questão. Conclui-se que os produtores estão de acordo em relação aos benefícios que a Cooperativa e a certificação os trazem. Corroborar-se esse resultado com a informação de que os cooperados estão satisfeitos pelo nível de confiança que existe entre cooperativa e cafeicultor (ROMANIELLO; AMÂNCIO; CAMPOS, 2012). Ou seja, há uma preferência em ser cooperado, uma vez que ser cooperado lhe traz conforto e segurança para comercialização e, portanto, para sua vida.

4.1.8 Você recebeu treinamentos para melhorar o café produzido?

Dentre os 48 respondentes, 46 alegaram ter assessoria ou treinamentos para melhorar a qualidade do café produzido, sendo que 95,8% afirmaram que tiveram contra 4,2% que não obteve algum treinamento. Para melhorar a qualidade do café produzido pelos cooperados, a COOPFAM conta com a colaboração do Instituto Bio Sistêmico, Instituto Federal do Sul de Minas Gerais, EMATER-MG, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e SEBRAE.

De acordo com SEBRAE (2016), uma das premissas do movimento é “relação de longo prazo que ofereça treinamento e apoio aos produtores e acesso às informações do mercado”. Foi verificado durante as entrevistas, que a COOPFAM oferece aos cooperados cursos para o aperfeiçoamento e atualização, como por exemplo, cursos referentes à administração das propriedades rurais, contribuindo para que os produtores possam ser também gestores dos seus negócios.

4.1.9 Você acredita que o preço comercializado, ou seja, que lhe é pago, é um preço justo?

Essa pergunta fez com que muitos pensassem antes de responder. 20 dos 48 participantes dessa amostra disseram que não. O preço não é justo. Entretanto, 28 dos outros 48 respondentes, somando um total de 58,3% da amostra, alegaram que o preço é justo, pois é melhor que o convencional.

O estudo feito pela pesquisadora Barone (2017) comprova que os valores estão acima da margem convencional. É óbvio que os produtores desejam que sua commodity seja mais bem valorizada, entretanto, perante o mercado que não é certificado, os preços pagos são superiores.

Ademais, destaca-se também que, corroborado pelos dados primários desta pesquisa, associados à literatura, é tido que os preços podem não ser o quanto os produtores desejariam que fosse, entretanto é incabível dizer que não seja melhor que os preços convencionais (PEDINI, 2017).

4.1.10 Você compreende o que é Fair Trade?

Dentre todos os respondentes, cerca de 62,5% dizem entender o que é o FT ao passo que 37,5% dizem não compreender. Porém, o número de respondentes que não compreende o que é o movimento na qual ele faz parte ainda é altíssimo. 18 de 48 não entendem ao certo o que é, mas sabem que é algo que lhes agrega. Essa questão fez surgir um novo questionamento acerca da razão pela qual o produtor faz parte da certificação sem entender ao certo quais são suas premissas.

Ou seja, como exemplificado e mostrado via dados produzidos nessa pesquisa, ainda é abstrato o conceito do Comércio Justo para muitos. Uma grande parcela da amostra estudada nessa pesquisa não soube responder o que era. Tendo em vista que a COOPFAM é uma cooperativa exemplo para muitas outras em como disseminar a certificação e se organizar, esse quesito parece estar um tanto quanto disperso em seu conceito.

4.1.11 Você acredita que a qualidade do seu café melhorou depois que passou a ser certificado?

Mais uma vez, 100% dos respondentes tiveram uma resposta unânime em face dessa questão. Sim, a qualidade do café melhorou após adotar a certificação. Segundo a COOPFAM, a média de qualidade dos cafés de seus cooperados é de 82 pontos na escala SCAA. Em 2011, a Cooperativa recebeu o “Prêmio Exporta Sul Minas 2011”, reconhecida como uma das empresas que mais se destacaram no processo de exportação *Free On Board* (FOB), dentro dos 159 municípios que compõem a região Sul do Estado de Minas (PRADO et al., 2011).

4.1.12 E sua qualidade de vida aumentou depois que se tornou certificado Fair Trade?

Ao questionar ao produtor tal questão, o entrevistador explicou ao certo e explicitamente que a qualidade de vida tem que ser direta na condição de vida da família e em seu dia a dia, contribuindo para o alívio da pobreza para toda a comunidade, além da melhoria da qualidade dos produtos e do sistema de produção. Grande parte da amostra

(83,3%) concordou que sua qualidade de vida melhorou após a certificação. 12,5% responderam que em partes e 4,2% (dois respondentes) responderam que não melhorou a qualidade de vida após a certificação.

Justifica o ponto concordância que houve melhor condição de viver, pois na crise da década 1990 do mercado cafeeiro fez com que um singelo grupo de cafeicultores se unisse com o objetivo de conseguir uma melhor qualidade de vida e melhores relações comerciais (LIMA, 2016). Assim, com uma história de luta e muita vontade, conseguiram atingir seu objetivo com sucesso. Hoje, quase três décadas depois, pode-se dizer com muito êxito que a união fez a força e que o intuito de ter uma vida mais digna foi atingido para a amostra dessa cooperativa. Em suma, tanto a literatura quanto os dados coletados nessa pesquisa deixam claro que a qualidade de vida de tais produtores foi aumentada de alguma forma.

4.1.13 Na sua concepção, houve desenvolvimento em sua comunidade após a Cooperativa ser certificada?

Na amostra obtida nesse estudo, 95,8% dos respondentes (46 pessoas) disseram ter visto melhoras no desenvolvimento da comunidade de forma direta (pelo prêmio recebido) ou indireta (como as famílias têm maior poder aquisitivo, fazem os negócios locais melhorarem e, assim, gerando avanços).

Na seção “Revisão de literatura” desse trabalho há um tópico que discute o impacto na qualidade de vida dos produtores em outros lugares do mundo e, nesse tópico, é possível perceber que, em geral, o prêmio trouxe benefícios para diversas pessoas ao redor das cooperativas certificadas. Esse é outro ponto importante da certificação que, de forma direta, contribui para o desenvolvimento humano e redução da pobreza.

4.1.14 Sob a perspectiva teórica do Movimento em Dobro de Polanyi (1944) e o Comércio Justo

A Teoria do Movimento em Dobro de Karl Polanyi (1944) explica alguns fenômenos do Comércio Justo que se faz presente nesse trabalho: 1) O movimento tem crescido ao longo dos anos; 2) O movimento vai além de uma abordagem alternativa econômica; 3) O movimento tem como objetivo criar valor social. De acordo com o 7º relatório de escopos e benefícios do FT (FAIRTRADE INTERNATIONAL, 2015), mostra que houve crescimento no número de trabalhadores e produtores certificados. Num total, houve crescimento de 9% entre os anos de 2013-2014. Na América Latina e Caribe, ocorreu o acréscimo de 3%; na África e Oriente Médio 13%; e na Ásia e Pacífico 3%.

Como é notório o crescimento do FT, pode-se inferir que tal fato se dá devido à preocupação com as comunidades produtoras tem tido maior atenção devido a esse desenvolvimento. Logo, esse olhar cauteloso para produção ter taxas e expectativas de crescimento, é um êxito para o contramovimento de proteção social – o que afirma Polanyi (1944) em sua Teoria. Ou seja, o progresso e evolução do sistema FT faz parte da segunda

fase do movimento duplo do sistema capitalista, que é o momento onde a sociedade se protege do mercado que, felizmente, tem crescido e, assim, protegido um número maior de produtores.

Outra razão que fundamenta o uso da Teoria de Polanyi para justificar o movimento do Comércio Justo é que as premissas do movimento irão muito além de uma abordagem econômica. Observa-se, nesse modelo, uma preocupação quanto à sustentabilidade dos negócios e a forma como esses são concretizados. A alternativa em diminuir o número de atravessadores para que o produtor tenha maior parcela da rentabilidade total do que é produzido, é uma forma de dar valor ao seu produto e ao seu desenvolvimento. Polanyi (1944), afirma que o mercado autorregulado cria prejuízos tal como o isolamento dos indivíduos e os torna mais competitivos, perdendo assim laços de solidariedade social e do bem-estar humano.

Isto é, ser participante de uma organização certificadora faz com que o produtor aumente seus laços de solidariedade social e aumente o bem-estar humano. Além de que o produtor tem maior conhecimento sobre o mercado que ele trabalha, bem como o número de atravessadores é menor. Então, com o modelo alternativo de negócio, a comunidade deixa de ser isolada e passa a ser parte do mercado.

Além das duas razões citadas acima, o movimento tem como objetivo criar valor social, que é outro ponto que a Teoria de Polanyi (1944) afirma. Para Polanyi (1944), os seres humanos são seres culturais onde o sistema capitalista rompe a cultura ética à qual os trabalhadores pertenciam e através da qual definiam sua identidade.

Ser um produtor certificado, faz com que o trabalho rural ganhe maior visibilidade e, também, faz com que o produtor se empodere. Isso resgata sua identidade e cultura, uma vez que quando certificados têm maior valor. Como exposto por Polanyi (1944) e, posteriormente corroborado por Romaniello (2009), empoderar os produtores faz com que eles deixem de ser isolados – uma vez que se encontram em redes – e resgata seu valor cultural.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que o presente trabalho pôde contribuir para a compreensão e discussão acerca do impacto do Comércio Justo na vida dos produtores rurais. Tendo em vista as premissas do movimento, o presente trabalho teve como objetivo responder se os impactos gerados pela certificação FT eram reais e positivos para a amostra certificada escolhida. Como analisados nesse trabalho, encontrou-se que os impactos são positivos na vida dos produtores rurais em diversos quesitos.

Primeiramente, o tamanho da propriedade e produção aumentaram após o produtor aderir à certificação, bem como foi necessário escalar mais uma pessoa da família para trabalhar nas lavouras – o que é um bom sinal tendo em vista que a agricultura é familiar.

A qualidade de vida dos produtores aumentou, apresentaram um nível de satisfação relacionado aos cursos e quantidade de informação que recebem na Cooperativa para aprender a cultivar melhor o café. Indiretamente, através dessas aulas e cursos, o café certificado pela COOPFAM aumentou significativamente a sua qualidade.

Houve um impacto positivo na comunidade, onde foi afirmado que parte do prêmio auxilia o desenvolvimento local e de suas famílias de diversas formas: através da manutenção da Cooperativa, de auxílio a estudos de filhos dos produtores, com assistência à saúde, dentre outros pontos que foram esclarecidos no tópico de “resultado e discussões”.

Um gap encontrado nesse estudo é que nem todos os produtores têm conhecimento do que é o movimento e como ele funciona. Ou seja, muitos deles entendem que, na prática, a certificação traz uma melhoria em sua vida, mas, na maior parte das vezes, esses não entendem o fundamento desse modelo de negócio alternativo. Corroborou-se os resultados primários obtidos nessa pesquisa junto à outras pesquisas já realizadas, tanto na COOPFAM, quanto em outras cooperativas espalhadas ao redor do mundo que se encontravam na literatura.

Ademais, a Teoria do Movimento em Dobro (1944) foi capaz de elucidar tal movimento e o porquê de seu crescimento contínuo, pois uma vez que o atual sistema mercadológico funciona baseado nas premissas da autorregulação e tem como objetivo final o lucro, acaba por acarretar discrepâncias à vida dos pequenos e médios produtores, dos quais, muitos são carentes.

Em contrapartida, o Comércio Justo surge com o objetivo de protegê-los – que se caracteriza como contramovimento para promoção de pessoas que vivem em situações de pobreza. Deste modo, o resultado deste Movimento é positivo, já que o movimento vem abrangendo cada vez mais produtores de forma positiva a assisti-los. Destarte, o comércio justo torna-se no cenário econômico, social e cultura, o carro-chefe para a diminuição da assimetria mercadológica para os pequenos produtores de café e promove a busca do empoderamento para todos.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, R. P.; ARRAES, N. A. M. Certificação fairtrade na cafeicultura brasileira: análises e perspectivas. **Coffee Science**, Lavras, v. 12, n. 1, p. 124-147, jan./mar. 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CAFÉ – (ABIC). Indicadores da Indústria de Café, 2018. Disponível em: <<https://www.abic.com.br/estatisticas/indicadores-da-industria/indicadores-da-industria-de-cafe-2018-2/>>. Acesso em: 05 fev. 2021.

BARONE, M. **Cafés especiais e salto de escala**: análise do circuito espacial produtivo e dos círculos de cooperação dos cafés especiais do Sul de Minas Gerais. 2017. 215 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2017.

- BARRIENTOS, S.; CONROY, M; JONES, E. Northern social movements and Fair Trade. In: RAYNOLDS; MURRAY; WILKINSON (orgs). The challenges of transforming globalization. Nova Iorque: Routledge, 2007a.
- BECCHETTI, L.; COSTANTINO, M. **The effects of FT on marginalised producers**: an impact analysis on Kenyan farmers. Palma de Mallorca: Society for the Study of Economic Inequality, 2005. p. 665-696. (Working Paper, 41).
- BOSSLE, M. B. **Comércio Justo no Brasil e a comercialização de produtos do algodão ecológico**. 2011. 117 p. Dissertação (Mestrado em Administração) –Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- CALO, M.; WISE, T. A. **Revaluing peasant coffee production**: organic and FT markets in Mexico. Medford: Tufts University, 2005.
- CALO, M.; WISE, T. A. Revaluing peasant coffee production: organic and FT markets in Mexico. Medford: Tufts University, 2005.
- ENELOW, N. H. **FT Coffee, Agrarian cooperatives, and rural livelihoods in Northern Peru**. 2012. PhD (Doctor of Philosophy) - University of Massachusetts Amherst, Amherst, 2012.
- FAIRTRADE FOUNDATION. **About coffee**.2015. Disponível em: <<http://www.fairtrade.org.uk/en/farmers-and-workers/coffee/about-coffee>>. Acesso em: 18 jan.2021.
- GOMES, R. Comércio justo: entre a solidariedade e a utopia. **Proposta**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 98, p. 46-55, 2003.
- IMHOF, S.; LEE, A. **Assessing the potential of FairTrade for poverty reduction and conflict prevention**: a case study of Bolivian coffee producers. Bern: Swisspeace, 2007.
- Kamlot, D., & Schmitt, V. G. H. (2015). O Comércio Justo nas Práticas de Marketing Social das Grandes Empresas. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 9(3), 63-79.
- LE MARE, A. The impact of FT on social and economic development: a review of the literature. **Geography Compass**, London, v. 2, n. 6, p. 1922-1942, 2008.
- LEAL, A. L. C. A.; OGASAVARA, M. H.; MENEZES, R. Á. G. O comércio justo como vantagem competitiva no processo de Internacionalização: um estudo de caso da justa trama fairtrade as a competitive advantage in the processo finternationalization: a case study of justa trama. *Revista Interfaces*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 13, p. 158-174, dez. 2017.
- LIMA, A. O. **Transferência de conhecimento no contexto de uma cooperativa de produtores de café orgânico**. 2016. 183 p. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.
- MACHADO, R. T. M. **Rastreabilidade, tecnologia da informação e coordenação de sistemas agroindustriais**. 2000. 224 p. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MENDELL, Marguerite. Karl Polanyi and instituted process of economic democratization. Paper presented for “Polanyian Perspectives on Instituted Economic Processes, Development and Transformation” Conference. ESRC, Center for Research on Innovation and Competition. University of Manchester: Oct. 23-25, 2003.

MORSELLO, C. **Market integration and sustainability in Amazonian indigenous livelihoods: the case of the Kayapó.** Thesis (Ph. D) - School of Environmental Sciences/ University of East Anglia, Norwich, 2002. 301 p.

OLIVEIRA, M. M. B. G. B. **Produção de café com certificação fairtrade: uma alternativa para os produtores familiares.** 2016. 28 f. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Produção na Agropecuária) - Universidade José do Rosário Vellano, Alfenas, 2016.

PEDINI, S. FairTrade: alternativa ao mercado convencional de café e processos de empoderamento de cafeicultores familiares. 2011. 174 p. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2011.

PRADO, A. S. et al. Certificação FairTrade na cafeicultura: estudo de caso da cooperativa dos agricultores familiares do município de Poço Fundo-MG.” 2011. Disponível em: <http://www.sbicafe.ufv.br/bitstream/handle/123456789/6043/258_

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAYNOLDS, L. T. Consumer/producer links in FT coffee networks. **Sociologia Ruralis**, Assen, v. 42, n. 4, p. 404-424, 2002a.

RAYNOLDS, L. T. **Poverty alleviation through participation in FT coffee networks: existing research and critical issues.** New York: Ford Foundation, 2002b.

ROMANIELLO, M. M.; AMÂNCIO, R.; CAMPOS, R. C. Análise da composição do capital social em uma estrutura organizacional cooperativa do sul de Minas Gerais. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 14, n. 1, p. 15-27, 2012.

WISSEL, S. et al. Certification and labeling. In: . **The economics of ecosystems and biodiversity for local and regional policy makers.** Washington: United Nations Environment Programme, 2010. p. 161-171.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adolescente 9, 181, 182, 183, 184, 186, 187, 363
Adriano Hypólito 188, 189, 190, 192, 193, 194
Agenda 187, 206, 355
Agricultura familiar 320, 330, 336, 337, 339, 341, 342
Agronegócio 269, 270, 313
Alfabetização Financeira 6, 28, 29, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 46
Alimentação Saudável 107
Amputação 228, 229, 233, 234, 235, 236
Arquivo Pessoal 355, 356, 362
Arte Sacra 212, 225
Ato Infracional 181, 182, 184, 186

B

Bibliotecas Universitárias 6, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 76, 77, 78, 79

C

Café 9, 112, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 277, 283, 284, 285, 286, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 323, 324, 327, 328, 329
Catolicismo 188, 191
Certificações 313, 315, 316
Cobertura Vegetal 5, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 302, 303
Comércio Justo 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 324, 325, 326, 327, 328
Complexidade 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 57, 59, 61, 62, 63, 69, 129, 177, 252, 330
Comunicação 27, 70, 170, 171, 173, 177, 180, 187, 238, 253
Conflitos de gerações 330
Consumidores 81, 82, 83, 84, 88, 89, 90, 91, 93, 98, 107, 110, 111, 113, 197, 200, 238, 239, 241, 244, 257, 258, 267, 268, 353
Contexto Rural 330, 332
Controle social 1, 2, 71
Cultura Política 8, 2, 5, 196, 197, 198, 199, 204, 205, 206, 207, 208
Custos 78, 100, 116, 118, 121, 124, 125, 126, 134, 273, 284, 286, 311, 343, 344, 345, 347, 352, 353, 354
Custos de transação 100, 121, 124, 125, 126, 134

D

Deficientes 228, 229, 231, 235, 236

Degradação Ambiental 287, 290

E

Egodocumento 10, 355

Ensino em contabilidade 6, 12, 15, 26

Ensino Médio 6, 20, 21, 28, 29, 30, 31, 32, 36, 37, 38, 42, 43, 45, 46

Estado 7, 2, 11, 15, 27, 37, 40, 84, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 114, 121, 122, 123, 124, 127, 128, 134, 136, 137, 139, 143, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 168, 169, 172, 181, 182, 186, 191, 193, 194, 198, 200, 208, 230, 233, 270, 271, 272, 279, 280, 285, 291, 293, 298, 300, 324, 348, 356

F

Fluência 48, 50, 51, 52, 53, 54, 57, 59, 60, 63

Fragilidade Física Ambiental 299, 301

Fronteira 7, 94, 95, 96, 97, 99, 101, 103, 104, 105, 106, 151, 197, 210

G

Gases Efeito Estufa 8, 269, 270

Geoprocessamento 294, 299

Gestão da conservação 287, 289, 296

Gestão Estratégica 6, 66, 67, 68, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79

Governança Corporativa 5, 7, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 166, 167, 168, 169

I

Iconografia Cristã 212

Ideologia 103, 138, 139, 140, 141, 146, 147, 153, 180, 191

Instituições 7, 3, 14, 15, 18, 20, 23, 50, 67, 69, 70, 73, 76, 77, 80, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 106, 128, 131, 132, 133, 136, 143, 147, 158, 167, 174, 176, 184, 185, 192, 201, 205, 207, 231, 239, 243, 273, 315, 340

Interações 8, 141, 177, 183, 238, 239, 240, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 339

Invisibilidade social 330

L

Língua Portuguesa 14, 48, 49, 50, 54, 57, 59, 62, 63, 64

M

Marketing 8, 46, 81, 83, 88, 107, 108, 110, 113, 118, 119, 120, 202, 240, 253, 255, 256, 257, 258, 259, 267, 268, 314, 328

Marketing Digital 8, 255, 256, 257, 258, 267, 268

Marxismo 138, 154, 188, 194

Mercado 5, 7, 12, 21, 25, 28, 30, 31, 37, 73, 81, 82, 83, 85, 86, 88, 89, 90, 94, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 106, 107, 108, 109, 110, 113, 114, 116, 118, 119, 124, 125, 126, 127, 128, 131, 132, 133, 142, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 167, 168, 169, 183, 186, 202, 210, 228, 229, 231, 239, 254, 257, 258, 268, 278, 313, 314, 315, 316, 323, 324, 325, 326, 329, 344, 347

Mercado de capitais 156, 158, 159, 168

Metodologia Qualitativa 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6

Metodologia Quantitativa 1, 3, 4, 5, 6, 7

Metodologias de ensino 6, 12, 14, 15, 16, 18, 19, 22, 24, 25, 26

Mídia 5, 70, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 183, 185, 186, 203, 212, 239, 241, 243, 251, 253

Mídias Digitais 180, 238, 243, 255, 259

P

Paisagem Patrimonial 287, 290

Parque Nacional 9, 299, 300, 301, 304, 307, 311

Patrimônio Cultural 5, 287, 288, 291, 293, 296, 297, 298, 337, 338

Pensamento Secular 196, 210

Percepção discente 12, 13, 14, 17, 19, 22, 25

Planejamento 9, 6, 32, 33, 36, 46, 49, 50, 52, 66, 73, 74, 75, 79, 83, 92, 114, 117, 119, 123, 129, 255, 257, 267, 291, 296, 299, 301, 311, 312, 317, 341, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 352, 353, 354

Planejamento Estratégico 66, 74, 75, 79, 255, 257, 267

Plano de negócios 109, 114, 117, 118

Plano Orçamentário 343, 344, 349, 353

poder 2, 4, 6, 35, 49, 71, 80, 94, 101, 142, 151, 152, 171, 174, 183, 189, 190, 194, 201, 202, 206, 210, 222, 225, 255, 256, 289, 325, 330, 331, 333, 334, 337, 340, 345, 346, 360

Poder 5, 136, 330

Produção de coffea canephora 8, 269

Produtos de giro rápido 6, 81, 82, 83, 89, 91

Q

Quentinhas Saudáveis 107, 108, 109

R

Redes Sociais 8, 82, 101, 238, 239, 240, 244, 250, 252, 254, 255, 256, 260, 261, 262, 263, 266, 267

Relação Econômica 7, 138, 142, 144, 148

Relação Jurídica 7, 138, 142, 144, 147, 148, 152

Religiões Populares 8, 196, 197, 208, 209

Rentabilidade 7, 116, 155, 156, 157, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 169, 314, 326, 339

Repetição de tarefas 52, 63

Responsabilidade Social 66, 72, 78, 79, 287, 293, 297

S

Santíssima Trindade 8, 212, 215, 216, 219, 221, 222, 223, 224, 225, 226

Sistemas de crença 196, 197, 198, 205, 206, 209

Sociedade pós-industrial 121, 128, 130, 133, 135, 136

T

TáxiGov 7, 121, 134, 137

Técnicas de pesquisa 1, 3, 4

Touch 228, 229, 230, 234, 235, 236

V

Variáveis de controle 28, 38, 39, 40, 41, 42, 43

Vendas 6, 81, 82, 83, 84, 89, 92, 93, 117, 159, 161, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 265, 266, 267, 268, 344, 345

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

Desafios metodológicos e resultados empíricos



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2021

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

Desafios metodológicos e resultados empíricos



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2021